

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.291.482 - SE
(2018/0110035-8)**

RELATORA : MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
EMBARGANTE : EMPRESA MUNICIPAL DE SERVICOS URBANOS
ADVOGADO : VITOR DIEGO LIMA FORTUNATO E OUTRO(S) - SE010221
EMBARGADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
INTERES. : MUNICÍPIO DE ARACAJU
PROCURADOR : TAISA OLIVEIRA DE SOUZA E OUTRO(S) - BA024257

DECISÃO

Trata-se de Embargos de Declaração, opostos pela EMPRESA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS (fls. 617/622e), contra decisão de minha lavra, que, com fundamento no art. 253, parágrafo único, II, a, do RISTJ, conheceu do Agravo para não conhecer do Recurso Especial (fls. 606/608e).

Inconformada, sustenta a parte embargante que:

"Administrativamente, em agosto de 2013, a EMSURB realizou um acordo perante o Ministério Público Federal, a fim de adequar diversas feiras livres na cidade, inclusive, a feira de que trata esta ação. Percorridos mais de 03 (três) anos após a celebração do referido acordo, o feito foi sentenciado, sem qualquer questionamento a respeito da situação atual da Feira do Bairro América.

(...)

O dispositivo da sentença, todavia, deixou de conferir efeitos ao pacto extrajudicial homologado, concedeu um prazo para adequações e fixou multa por descumprimento. Nenhuma destas medidas é adequada, uma vez que a Feira do Bairro América funciona em perfeita harmonia com o ordenamento pátrio, seguindo todas as normas sanitárias.

Inconformada com a decisão a Agravante apelou, porém não logrou êxito, o acórdão, todavia, revela que apenas parte dos argumentos recursais foi apreciado, portanto, diante da necessidade de aclarar a decisão colegiada e prequestionar questões jurídicas e fáticas sobre as quais não houve a manifestação do nobre Tribunal de Justiça, o Município apresentou embargos de declaração, mas não obteve êxito na manifestação judicial.

As omissões constatadas podem prejudicar a avaliação dos recursos extraordinários, por tal motivo a manifestação judicial deve ser, mais uma vez, perseguida.

Neste contexto, fora interposto Recurso Especial com o intuito de evidenciar a ausência de interesse de agir, pugnando-se pela extinção da ação, sem resolução de mérito, excluindo-se a EMSURB

dos autos, em razão da existência de acordo firmado entre o MPSE, Autor, e a Empresa Municipal de Serviços Urbanos, uma das Rés, em consonância com os mandamentos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil.

Entretanto, o Resp. fora inadmitido, sendo necessário agravar a decisão a fim de ser analisado o Recurso Especial.

Ocorre que a respeitável decisão não se manifestou em ralação ao contrato pactuado entre as partes" (fls. 620/621e).

Por fim, requer o acolhimento do recurso.

A irresignação não merece acolhida.

De início, nos termos do art. 1.022 do CPC vigente, os Embargos de Declaração são cabíveis para "esclarecer obscuridade ou eliminar contradição", "suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento" e "corrigir erro material".

Não obstante a orientação acerca da natureza recursal dos Declaratórios, singularmente, não se prestam ao rejugamento da lide, mediante o reexame de matéria já decidida, mas apenas à elucidação ou ao aperfeiçoamento do **decisum**, em casos, justamente, nos quais eivado de obscuridade, contradição, omissão ou erro material. Não têm, pois, de regra, caráter substitutivo ou modificativo, mas aclaratório ou integrativo.

In casu, ao contrário do que pretende fazer crer a parte embargante, a decisão está suficientemente fundamentada, tendo o julgado embargado aplicado a Súmula 7/STJ em relação à alegação de ausência de interesse de agir do Ministério Público em razão do acordo celebrado entre as partes, porquanto o acórdão recorrido consignou expressamente que, "quanto ao pleito de homologação do acordo, que foi juntado aos autos em agosto de 2013, observa-se que o autor/Ministério Público não tem mais interesse em tal transação, tanto que apresentou contrarrazões aos recursos pleiteando a manutenção da sentença, ao tempo que reafirmou que a Feira Livre do Bugio continua com os mesmos problemas. Sendo assim, não há que se falar em ausência de interesse de agir do *parquet*" (fl. 607e).

Assim sendo, a alteração do entendimento do Tribunal de origem, ensejaria, inevitavelmente, o reexame das provas carreadas nos autos, procedimento vedado pela Súmula 7 desta Corte.

Deve-se ressaltar que os Embargos de Declaração não constituem veículo próprio para o exame das razões atinentes ao inconformismo da parte, tampouco meio de revisão, rediscussão e reforma de matéria já decidida.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RECLAMAÇÃO. RESOLUÇÃO STJ N. 12/2009. OMISSÃO. ACOLHIMENTO.

1. Os embargos de declaração são cabíveis quando o provimento jurisdicional padece de omissão, contradição ou obscuridade, bem como quando há erro material a ser sanado.

2. Embargos declaratórios acolhidos sem efeitos infringentes" (STJ, EDcl nos EDcl na Rel 28.977/MG, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, SEGUNDA SEÇÃO, DJe de 11/03/2016).

"PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA. HIPÓTESES DO ART. 535 DO CPC. AUSÊNCIA. REDISCUSSÃO DA MATÉRIA DECIDIDA. IMPOSSIBILIDADE.

1. Os embargos de declaração apenas são cabíveis para sanar omissão, contradição ou obscuridade do julgado recorrido, admitindo-se também esse recurso para se corrigir eventuais erros materiais constantes do pronunciamento jurisdicional.

2. No caso, está evidenciado o intuito do embargante em rediscutir a matéria já integralmente decidida pelo órgão judicial recorrido, o que não se admite nos estreitos limites do art. 535 do CPC.

3. Embargos de declaração rejeitados" (STJ, EDcl no AgRg nos EAREsp 540.453/RS, Rel. Ministra DIVA MALERBI (Desembargadora Federal Convocada do TRF/3ª Região), PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 04/03/2016).

Pelo exposto, à míngua de vícios, **rejeito** os Embargos Declaratórios.

I.

Brasília (DF), 05 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSULETE MAGALHÃES
Relatora